

PROPOSTAS DO



OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

REFERENDADAS PELA ASSEMBLEIA GERAL
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO CONCURSADOS
- 17 DE DEZEMBRO DE 2020 -



PROPOSTAS APROVADAS

CARREIRA

01. Manter o foco na luta pela unificação da carreira, compreendendo esta luta como um elemento de valorização e de garantia de direitos iguais para as professoras e professores.

CONTEXTO DA PANDEMIA

02. Garantia da vida no cenário pandêmico. Fazer desse período uma oportunidade de trocas de saberes e experiências, momentos de fortalecimento de laços pessoais e sociais, de resistência criativa e da solidariedade.

03. O Sind-REDE deve elaborar um material informativo sobre os limites do teletrabalho para combater os excessos de cobrança e detalhar como enfrentar os problemas interpessoais que tem gerado denúncias de assédio moral.

04. Elaborar uma carta às comunidades e apresentá-la em fevereiro, trazendo reflexões sobre o momento da Pandemia e os limites educacionais nesse contexto. Com discussões sobre as taxas de transmissão do novo coronavírus, se voltou a subir ou diminuiu no município. Os problemas decorrentes da política imposta pelo governo do prefeito Alexandre Kalil.

05. Reforçamos que apenas o uso de máscara de proteção respiratória, prevenção, cuidados, higienização e distanciamento não são suficientes no atendimento presencial devido às especificidades da EI.

06. Reivindicar que as Comissões Escolares de Retorno às Atividades Letivas sejam paritárias.

07. Reivindicar que as reuniões das Comissões Escolares de Retorno às Atividades Letivas não sejam presenciais. Quando houver necessidade de vistorias e verificação dos espaços, que sejam em grupos menores com todas as condições de segurança.

08. A PBH deve garantir igualdade e equidade de condições para o acesso e a participação das famílias e crianças nas atividades de interação das escolas. Ficando o Governo responsável pela busca de famílias sem contato com a escola.

09. A PBH deve garantir toda assistência às crianças que possuem medidas protetivas e problemas extremos causados pela pobreza.

10. Que as novas formas de interação na Educação Infantil respeitem os limites colocados no uso da tela e a família receba orientações expressas pela PBH.

11. Que a PBH forneça as condições materiais, como computadores e acesso à internet para professores/as e equipe pedagógica.

12. Que a PBH divulgue o levantamento sobre as condições das crianças e suas famílias,

sobre o acesso à internet e equipamentos que eles/elas têm em suas casas. Também deve apresentar o perfil das famílias e suas condições de acesso às mídias sociais, como também, um Plano de Ação para remediar ou minimizar esses problemas.

13. Que a PBH apresente, antecipadamente, esclarecimentos a respeito da jornada letiva da Educação Infantil para 2021, para a categoria debater e avaliar a proposta.

14. Que as medidas tomadas para a reorganização das escolas não sejam impositivas, de maneira a forçar um retorno às aulas presenciais, sem que tenhamos condições plenas para que isso ocorra.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

15. Continuar a luta pelo retorno dos contratos de dobras canceladas durante a pandemia.

16. Exigimos que o acesso as dobras seja feita de forma democrática. Nos cargos que foram cancelados os contratos de dobras e as eventuais aposentarias de servidores/as em 2020, sejam garantidos no quadro de 2021.

17. Os critérios para dobras devem ser democráticos, objetivos, claros e amplamente divulgados. Após a assinatura deve ser disponibilizado o acesso virtual ao contrato.

18. As vagas para lotação ou dobra devem ser divulgadas amplamente.

19. Intensificar a cobrança do retorno dos cargos fechados em 2020 (o que gerou o corte das dobras). O quantitativo de 1.6 deve ser mantido em todas as escolas, independente dos anos e modalidade de educação, sendo exceção as turmas do berçário (cálculo 2.34). As coordenações gerais devem estar fora do 1.6.

20. Reivindicar que os cargos de coordenador de turno e coordenador geral sejam eleitos pelos pares e que haja nova eleição a cada ano, podendo haver reeleição.

21. Reivindicar que as/os coordenadoras/es de apoio sejam eleitas pelos pares.

22. Exigir que as aposentadorias e as novas licenças dos trabalhadores em educação sejam cobertas por trabalhadores concursados. Não havendo servidor para ocupar a classe vaga, gerar dobra temporária.

23. Continuar a luta pela ampliação do número de cargos de professoras/es para atender as crianças. Rever o quantitativo professor/a x número de crianças.

24. Defender o recorte etário na formação das turmas, sem a formação de turmas mistas/flex.

25. Para combater a fragilidade da função “regência compartilhada”, exigimos que sejam mudadas as nomenclaturas da função regência compartilhada para regência 1, 2 e 3 nas turmas que funcionam com mais de duas professoras, caracterizando regência como professor/a fixo/a que atende as turmas.

26. Para resolver os problemas gerados pela falta de professor/a, deve-se abrir contrato de dobras, mantendo o cargo de apoio à coordenação. Onde houver índices de maior adoecimento, a SMED deverá enviar professor/a (reserva técnica).

27. Que a PBH localize e mapeie, juntamente com o Sindicato, a origem dos problemas que têm gerado indeferimentos dos atestados e denúncias de assédio moral.

28. Que a PBH disponibilize mais profissionais para fazer a higienização dos espaços nas EMElS e das escolas onde há turmas de Educação Infantil. Que esses profissionais sejam fixos, uma vez que, o rodízio de pessoal prejudica o andamento dos trabalhos.

29. Com ou sem Pandemia, defendemos o apoio fixo de auxiliar nas idas e vindas ao banheiro e que esta seja mais uma pessoa a orientar as crianças em relação à correta lavagem das mãos e higiene pessoal.

30. Reivindicar a alteração da Portaria 182 de forma que a lista de acesso da escola para efeito de excedência seja única, baseada no tempo de escola.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

31. Reafirmamos que o atendimento das crianças da faixa etária da Educação Infantil, tanto das turmas parciais quanto integrais, sejam cuidadas e educadas por professores/as concursados/as.

32. Lutar para que seja garantido, como finalidade da Educação Infantil, o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social; e que a oferta de novas vagas seja na rede pública, em espaços próprios e adequados à criança.

33. Defender a construção de um Documento pela Rede que traga a Arte como linguagem fundante dos processos de aprendizagem das crianças.

34. Defender a identidade da Educação Infantil (0 a 5 anos). Defender o retorno dos berçários.

35. Defender que as etapas da Educação Infantil não sejam mera preparação para o processo de alfabetização.

36. Defender a Educação Infantil como um currículo vivo onde professoras/es e crianças possam recriá-lo sem a imposição de limites pedagógicos que reprimem a atuação do/a professor/a.

37. Fazer uma campanha de conscientização da população sobre o que defendemos como concepção de Educação Infantil para combater a pressão social em torno da necessidade de intensificar e sistematizar o processo de alfabetização na Educação Infantil.

38. Combater as propostas do governo que impõem, sem debate e sem formação, mudanças no trabalho voltado para a linguagem escrita e oral. Combater as ideias que buscam tornar obrigatório a alfabetização na Educação Infantil, que giram em torno da tentativa de transferir problemas da alfabetização de outros níveis para a Educação Infantil.

39. Que o ensino, ao se afirmar dentro da liberdade pedagógica, garanta o desenvolvimento pleno da criança. Liberdade para ensinar e para aprender.

40. Fazer um debate com professores pesquisadores que são favoráveis e contrários a sistematização do processo de alfabetização, como está sendo proposta para a Educação Infantil.

41. Valorizar o processo de alfabetização, considerando vários aspectos das linguagens, não ficar restrito à construção da linguagem escrita.

42. Solicitar à PBH a publicação do Volume 3 – “Linguagens das Proposições Curriculares”, como também, a disponibilização digital dos volumes 1, 2 e do Caderno “Avaliação na Educação Infantil – Desafios da Prática”. Esses materiais refletem o que a rede defende como concepção de ensino e aprendizagem para as crianças da Educação Infantil.

43. Garantir o acesso à linguagem escrita na Educação Infantil para crianças de 0 a 5 anos.

44. A discussão sobre o direito à aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos deve pontuar algumas questões: o currículo da educação Infantil não deve ter gradações de conhecimentos; a grade não deve limitar o conhecimento alargado tão caro ao desenvolvimento global da criança; a formação docente também deve ser entendida como direito.

45. Defender que a categoria é capaz de refletir e reescrever o documento proposto pela SMED, a partir da construção coletiva, considerando toda a trajetória da Educação Infantil na Rede. Aprofundar o debate sobre o fortalecimento da categoria como construtora de conhecimento e autônoma nas suas formulações.

LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

46. Defender a EMEI como espaço de formação das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e o retorno dos berçários.

47. Reivindicar junto à prefeitura o mapeamento da cidade com o objetivo de localizar onde são mais urgentes a ampliação de vagas para as crianças. Campanha em defesa da ampliação de vagas na rede própria.

48. Lutar pela municipalização das creches conveniadas/parceiras. (Obs.: A Assembleia do dia 17/12 remeteu este debate para discussão mais ampla em 2021).

FORMAÇÃO

49. O Sind-REDE/BH deve continuar com as formações (plenárias ampliadas e seminários) trazendo como temas: vacinação/protocolos da Educação Infantil; como trabalhar com as crianças superando os limites impostos pelo distanciamento social; a inclusão digital e critérios pediátricos para o acesso às tecnologias; currículo; elaboração e revisão de PPP; campanha de construção, reconstrução do PPP nas EMEIs; como se dará o retorno às atividades na Educação Infantil; projeto APPIA; Proposições Curriculares; Avaliação de Desempenho e gestão democrática (estes dois temas são fundamentais para o combate ao assédio moral); saúde do trabalhador; eleição de diretor/vice; oportunizar momentos de relatos e trocas de experiências dos profissionais; entre outros. A organização dos debates está aberta a todas/os que quiserem ajudar na organização.

50. Ampliar o debate sobre currículo da Educação Infantil. Que currículo nós queremos? A partir desses debates, formular um documento com eixos que representam as necessidades educacionais.

51. As parcerias com as Universidades para a formação do corpo docente das escolas devem ser realizadas através de um debate conjunto com a categoria/sindicato/PBH para que temas, condições de oferta e participação sejam debatidas com todos/as.

52. Reivindicar uma política de Formação Continuada promovida por Universidades/faculdades (estabelecendo reflexão sobre a prática, troca de experiências em oficinas e aulas programadas oportunizando a participação de todas/os).

53. O projeto APPIA propõe uma série de novas concepções em relação à Educação Infantil, além de regras de estruturação que estão em desacordo com as defesas dos trabalhadores em educação e comunidades escolares. Em fevereiro, devemos iniciar com um novo ciclo de debates que incorpore o projeto APPIA.

54. Dialogar com a SMED para que nos Cursos de Capacitação sejam ofertadas vagas as/aos servidoras/es que desejarem ser formadoras/es e os critérios para seleção dessas/es formadoras/es sejam transparentes.

55. A formação docente como direito não é aquela construída a partir de uma racionalidade técnica, executada por técnicos que teoricamente são responsáveis por reconhecer o problema e por, a partir de uma ação simples e de uma decisão única, resolvê-los. A formação como direito pressupõe garantir a autonomia e o protagonismo do profissional de Educação, a partir da concepção que o formador é um mediador nesse processo complexo de troca de saberes e construção do conhecimento.

56. Solicitar a abertura de Cursos de Especialização e Capacitação voltado para os temas de interesse da categoria.

57. Realizar uma campanha de valorização da função de coordenação e da importância destes cargos serem ocupados por trabalhadores eleitos pelos seus pares.

58. Solicitar que a PBH construa uma formação específica voltada para as questões do acolhimento e adaptação apropriada para as crianças da Educação Infantil. As interações socioemocionais deverão ser os norteadores das práticas, quando houver um possível retorno. As questões que envolvem as perdas, a construção de vínculo com a escola e os problemas que podem ter sido gerados ou agravados durante o isolamento social serão bastante desafiadores. Por isso, necessitamos de um suporte tanto de formações quanto para a criança que necessite de auxílio especializado.

59. Incluir as auxiliares de turma nas formações que tratam a proposta 58. As formações devem incluir temas que envolvem as concepções da Educação Infantil.

DEMOCRATIZAÇÃO

60. Defesa pela legitimação da atuação profissional dos professores/as nas decisões pedagógicas da Rede.

61. O Sindicato deverá produzir uma cartilha sobre Gestão Democrática refletindo sobre a emancipação das EMEIs, eleição de diretores, vices, participação coletiva, gestão participativa, colegiado escolar.

62. Por um teletrabalho efetivamente democrático e participativo.

63. Que a lógica de hierarquização da gestão seja substituída pela lógica da gestão democrática que garanta a participação coletiva, superando assim o individualismo e a tomada de decisões unilaterais.

AValiação DE DESEMPENHO

64. O Sindicato deve pesquisar e estudar os indicadores do desempenho escolar e propor debates e discussões. Reivindicar que os critérios para a avaliação de desempenho sejam objetivos, sem margem para avaliações subjetivas e ideológicas.

65. Reivindicar a volta da avaliação dos pares na avaliação de desempenho.

ORGANIZAÇÃO E LUTA

66. Intensificar a campanha de valorização profissional (Lei do piso, 7 horas de planejamento, carreira única, entre outros).

67. Confeção de camiseta com a temática das lutas da Educação para 2021.

68. O Sindicato deve realizar uma campanha de eleição de representantes das escolas para fortalecer a participação e a representatividade dos grupos nas plenárias e ações do Sindicato.

69. Defender a Educação Infantil pública, gratuita, laica e profissionalizada. Que o PBH respeite os trabalhadores da Educação como sujeitos ativos na elaboração e no fazer educacional.

70. Levar as discussões às comunidades escolares sobre a luta contra as privatizações e a urgência de ampliação do número de EMEIs.

71. Intensificar a luta contra a reforma administrativa, contra a reforma da Previdência, contra as terceirizações e contra a revisão do pacto federativo proposto pelo Governo Federal que visa quebrar a vinculação de receita para os investimentos em saúde e educação.

72. Ampliar a discussão na CSP-Conlutas sobre a valorização da Educação Infantil e propor seminário envolvendo outros municípios e estados.



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

Somos parte de uma REDE que não se rompe e não se deixa abater!